



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA DE GOVERNO**

**VOLUME III**

**ANEXO IV**

***Normas Operacionais***

## **ANEXO IV**

# **NORMAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Regulamento organiza o serviço de transporte coletivo público por ônibus do Município de Nova Friburgo, com fundamento nas normas constitucionais e nas disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º O serviço de transporte coletivo do Município de Nova Friburgo observará os seguintes princípios básicos:

I - regularidade;

II - continuidade;

III - segurança;

IV - atualidade;

V - generalidade;

VI - eficiência;

VII - modicidade tarifária;

VIII - cortesia; e

IX - conforto.

Art. 3º Compete ao órgão de gerência de Trânsito e Transporte do Município de Nova Friburgo, nesse regulamento denominado simplesmente de órgão de gerência, planejar, operar, explorar, controlar, gerenciar e fiscalizar os serviços de transporte público coletivo por ônibus, sem prejuízo das suas demais atribuições.

Art. 4º Qualquer pessoa tem o direito de utilizar o transporte público contra a única exigência do pagamento da respectiva tarifa, fixado pelo Prefeito Municipal, sendo vedada a cobrança de qualquer outro preço ou acréscimo, observadas as gratuidades estabelecidas.

Art. 5º O transporte coletivo, por seu caráter essencial, terá prioridade sobre o individual e comercial, condição que se estende também a manutenção do sistema viário que compõe a rede de transporte.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA TERMINOLOGIA**

Art. 6º Ficam definidos os seguintes termos para utilização neste Regulamento e nos demais atos complementares, bem como na relação cotidiana entre o órgão de gerência, usuários, empresas prestadoras de serviço entre outras:

I - **ACESSIBILIDADE**: condição para utilização, por qualquer pessoa (seja ela portadora ou não de deficiência ou com mobilidade reduzida), com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, veículos, sistemas e meios de comunicação e informação utilizados na prestação dos serviços;

II - AUTO DE INFRAÇÃO: documento que registra a infração ocorrida e a respectiva penalidade aplicada, que virá especificada na Notificação a ser enviada ao infrator;

III - AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO - AT: documento emitido pelo órgão de gerência, credenciando os veículos a circularem no serviço de transporte coletivo por ônibus;

IV - CADASTRO DE FROTA: relação dos veículos, mantida pelo órgão de gerência, contendo as informações oficiais, autorizados a prestar o serviço de transporte público coletivo, mediante processo de alteração de frota;

V - CAPACIDADE DO VEÍCULO: quantidade máxima de lugares disponíveis nos ônibus para transporte de passageiros, representando a somatória de lugares sentados e em pé, em função de suas características físicas (assentos e área livre) e taxas de densidade de passageiros em pé/m<sup>2</sup> (por metro quadrado);

VI - CONCESSÃO: é o regime jurídico pelo qual se concede a terceiros a execução dos serviços de transporte coletivo de passageiros;

VII - CONCESSIONÁRIA: operador a quem, de conformidade com a legislação vigente, foi delegada, sob concessão, a operação do serviço;

VIII - CONTRATO DE CONCESSÃO/TERMO DE ADESÃO: instrumento jurídico na forma de contrato, que estabelece o objeto e condições para prestação do serviço de transporte;

IX - CUSTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA: Remuneração ao Poder Concedente para o órgão de gerência e administração do serviço, envolvendo o controle dos cadastros, fiscalização, determinação de tarifas, implantação e manutenção de PC's e PED's, estudos e melhorias para o serviço e atendimento às solicitações e reclamações da comunidade;

X - DEMANDA: número de passageiros reais transportados;

XI - DEMANDA EQUIVALENTE: número real de passageiros transportados, deduzidos destes as quantidades e descontos determinados em norma específica;

XII - DIA TÍPICO: dia útil (de segunda a sexta-feira, exceto feriados) situado fora do período de férias escolares e que não esteja inserido entre dois dias não úteis;

XIII - DIA ATÍPICO: dia útil (de segunda a sexta-feira, exceto feriados), situado dentro do período de férias escolares, ou dia útil inserido entre dois dias não úteis, ou dia útil cuja demanda pelos serviços seja alterada em função de eventos específicos;

XIV - ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO: processo de trabalho executado pelo órgão de gerência e fiscalização, em que são definidas as características operacionais de cada linha;

XV - ESTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO: equipamento público destinado a oferecer conforto e segurança aos usuários do transporte coletivo durante a efetuação de transbordo, ou interligação, viabilizando a integração física e tarifária entre linhas do transporte coletivo por ônibus.

XVI - FREQUÊNCIA: número de viagens, por sentido, em unidade de tempo;

XVII - FROTA RESERVA: número de veículos, vinculados ao serviço, para substituição da frota operacional quando necessário;

XVIII - HIGIENE: direito dos usuários à conservação permanente da limpeza e do asseio de pessoas e bens vinculados à concessão, em especial daqueles com os quais têm contato direto;

XIX - IDADE MÉDIA DA FROTA: média ponderada das idades dos veículos da frota da concessionária;

XX - IDADE DO VEÍCULO: diferença entre o ano em curso e o ano do modelo da carroceria do veículo no primeiro encarroçamento, ou de fabricação dos chassis no caso de veículo reencarroçado;

XXI - INTERVALO: espaço de tempo decorrido entre a passagem de veículos consecutivos de uma mesma linha, num sentido, por um ponto de referência. Também denominado como "headway";

XXII - ITINERÁRIO: percurso compreendendo pontos inicial e final de operação, pontos de parada, ruas e terminais;

XXIII - LINHA: serviço regular entre pontos inicial e final, contendo pontos de parada, itinerário e horários definidos, operados pela Concessionária;

XXIV - MAPA DE CONTROLE OPERACIONAL - MCO: documento físico ou eletrônico de controle operacional da linha;

XXV - VIAGEM DO VEÍCULO: deslocamento ida e volta entre pontos de controle de operação.

XXVI - MEIOS DE PAGAMENTO DE VIAGENS: meios físicos institucionalmente convencionados para serem utilizados no acesso dos passageiros aos ônibus, para realização de suas viagens, na forma de moeda corrente, bilhetes, fichas, cartões ou outras formas regulamentadas pelo Poder Concedente;

XXVII - MODO DE TRANSPORTE: sistema de produção do serviço de transporte coletivo de passageiros, caracterizado pelo tipo de equipamento utilizado, como ônibus e ou outras tecnologias;

XXVIII - NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO DE TRANSPORTE - NAT: documento que dá ciência ao infrator do cometimento de infração e especifica a penalidade a ser aplicada;

XXIX - OPERAÇÃO NORMAL: viagens regulares dos ônibus transportando passageiros;

XXX - ORDEM DE SERVIÇO DA LINHA - OSL: documento que estabelece as características operacionais das linhas;

XXXI - PASSAGEIRO: usuário do transporte coletivo;

XXXII - PASSAGEIRO EQUIVALENTE: valor obtido através da divisão da receita mensal do Sistema pelo valor da tarifa predominante;

XXXIII - PODER CONCEDENTE: Município de Nova Friburgo;

XXXIV- PONTO DE CONTROLE - PC: é o local onde se inicia ou encerra a viagem de uma determinada linha, definido na OSL;

XXXV- PONTO DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS - PED: local pré-estabelecido para embarque e desembarque de passageiros ao longo do itinerário da linha;

XXXVI- QUADRO DE HORÁRIO: relação de horários estabelecidos para as viagens;

XXXVII- RECEITA BRUTA OPERACIONAL: valor arrecadado em razão da exploração da concessão pelo concessionário, incluindo ainda aquelas obtidas por meio de locação e/ou cessão de espaços dos veículos para veiculação de mídias diversas, busdoor, e propagandas em geral;

XXXVIII- SBE: Sistema de Bilhetagem Eletrônica;

XXXIX- SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO: conjunto de linhas, infraestrutura e equipamentos que viabiliza o transporte coletivo por ônibus;

XL - TARIFA: preço determinado pelo Poder Executivo Municipal, a ser pago pelo usuário para utilização do serviço;

XLI - TEMPO DE VIAGEM: duração total da viagem, computando-se os tempos de percurso, e de paradas nos PED'S;

XLII - TRANSPORTE COLETIVO: o serviço executado por ônibus ou outra tecnologia que vier a ser utilizada no futuro;

XLIII - TRIPULAÇÃO: pessoal de operação a bordo do veículo quando em operação;

XLIV - USUÁRIO: quem usufrui dos serviços de transporte coletivo nos limites geográficos do município; e

XLV - VEÍCULO: equipamento destinado à realização do transporte de passageiros.

## CAPÍTULO III

### DO REGIME JURÍDICO, DA EXPLORAÇÃO E GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS

Art. 7º O transporte coletivo obedecerá ao regime de Concessão e será explorado por delegação a empresas particulares selecionadas mediante licitação, nos termos da legislação pertinente.

§1º É vedado o transporte coletivo remunerado de passageiros por ônibus, executado por particulares, sem qualquer título de transferência ou autorização, sendo considerado atividade ilegal e caracterizada como clandestina, ressalvadas as atividades autorizadas e regulamentadas por lei.

§2º No caso de descumprimento do disposto no §2º deste artigo, se sujeita o proprietário, possuidor ou condutor do veículo, a qualquer título, às sanções legais a serem aplicadas pelo órgão de gerência.

Art. 8º A exploração do serviço de transporte coletivo será formalizada mediante contrato de concessão.

Art. 9º Extingue-se a Concessão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação; III -caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação; e

VI - falência ou extinção da empresa Concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§1º Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§2º Extinta a Concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo Poder Concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

§3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização pelo Poder Concedente, de todos os bens reversíveis.

§4º Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da Concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à Concessionária, na forma deste Regulamento.

Art. 10 Na hipótese da extinção do contrato por final da vigência contratual, a reversão dos bens será feita com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, descontados os valores devidos ao Município de Nova Friburgo, incluindo-se os órgãos da Administração Indireta, a título de impostos, multas e outros encargos relacionados com a operação.

Art. 11 Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da Concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 12 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do Poder Concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Regulamento e as normas convencionadas entre as partes e as leis aplicáveis.

Ar. 13 A caducidade da Concessão poderá ser declarada pelo Poder Concedente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por bases as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à Concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço prestado diretamente ou por terceiros ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§1º A declaração da caducidade da Concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§2º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no §1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§3º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por Regulamento do Poder Concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

§4º A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma do art. 11 deste Regulamento e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§5º Declarada a caducidade, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Art. 14 O contrato de Concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pela concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

Art. 15 As concessionárias devem comunicar ao órgão de gerência, dentro de trinta dias, contados do respectivo registro na Junta Comercial, as alterações que impliquem na mudança de sua razão social ou da composição do quadro gerencial, apresentando o respectivo instrumento.

§1º A Concessionária das linhas de transporte coletivo regular deverá operar com imóveis, equipamentos, máquinas, peças, acessórios, móveis, oficinas, manutenção e pessoal necessários ao serviço objeto das concessões.

§2º Será permitida a utilização dos itens constantes do parágrafo anterior, para outros serviços, desde que haja condições técnicas satisfatórias e o serviço contratado não seja prejudicado.

Art. 16 Os serviços serão executados por linha, compreendendo-se como tal o serviço de transporte de passageiros com itinerários e horários definidos pelo órgão de gerência.

Art. 17 A delegação dos serviços poderá ser por frota, linha, lotes, grupos de linhas ou áreas preferenciais, entendidas estas como grupamento de linhas em região especificamente identificada.

Art. 18 O Poder Concedente diretamente e/ou por órgão de gerência, por sua iniciativa ou mediante solicitação da concessionária e/ou de terceiro, poderá, sem restrições, criar, alterar e extinguir linhas, bem como implantar serviços, conforme a necessidade e conveniência dos usuários e do sistema de transporte, no intuito de atender ao interesse público, observada a viabilidade econômico-financeira e técnica da concessão.

Parágrafo único. Os atos administrativos mencionados serão comunicados às empresas concessionárias, com a antecedência mínima necessária ao atendimento, podendo os mesmos serem contestados e/ou impugnados, por via administrativa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial do Município, ou em jornal de publicação de atos oficiais.

Art. 19 Compete ao Poder Concedente diretamente e/ou ao órgão de gerência:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

- III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos;
- IV - extinguir a Concessão, nos casos previstos, neste Regulamento e no contrato de concessão;
- V - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da Concessão;
- VI - zelar pela boa qualidade do serviço,
- VII - receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- VIII- declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes a Concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários a execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à Concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- X - estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;
- XI - incentivar a competitividade, resguardando o equilíbrio econômico-financeiro do sistema municipal;
- XII - estimular a organização de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
- XIII - fixar itinerários e pontos de parada;
- XIV - fixar horários, frequência, frota e terminais de cada linha;
- XV - organizar, programar e fiscalizar o sistema;
- XVI – implantar, criar, alterar e extinguir linhas e extensões;
- XVII - estabelecer intercâmbio com institutos e universidades para aprimoramento do sistema;
- XVIII - pesquisar e fixar os parâmetros, coeficientes e índices da planilha de custos, promovendo revisão sempre que necessário;
- XIX - elaborar e fiscalizar a aplicação dos cálculos tarifários;
- XX - cadastrar as empresas concessionárias;
- XXI - vistoriar os veículos;
- XXII - fixar e aplicar penalidades;
- XXIII - promover, quando for o caso, auditorias técnicas e operacionais nas empresas concessionárias, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do órgão de gerência, da concessionária e dos usuários;
- XXIV - estabelecer as normas de pessoal de operação; e
- XXV - manter controle atualizado da evolução dos preços dos componentes tarifários.

## CAPÍTULO IV

### DA TRANSFERÊNCIA

Art. 20 A transferência parcial ou total para terceiros, da Concessão para a exploração de transporte coletivo regular, ou do controle societário da Concessionária, sem prévia anuência do Poder Concedente, implicará a caducidade da Concessão.

- I - o cessionário deverá atender todos os requisitos exigidos para a prestação do serviço, em especial, aqueles cujo atendimento possibilitou ao cedente obtê-la; e

II - o cessionário deverá assumir todas as obrigações do contrato em vigor e prestar as garantias exigidas pelo Poder Concedente e, além de outras que forem julgadas necessárias na ocasião.

Art. 21 A transferência efetivar-se-á mediante instrumento próprio de cessão, observadas as disposições legais em vigor.

## CAPÍTULO V

### DA OPERAÇÃO DO SISTEMA

Art. 22 Caberá ao Poder Concedente e/ou ao órgão de gerência determinar, mediante a expedição de ordem de serviço, as características operacionais de cada linha, particularmente:

I - os itinerários detalhados de ida e volta;

II - as frequências de viagens por faixa horária;

III - o número de veículos exigidos para a operação;

IV - dar autorização prévia à Concessionária para a supressão e/ou alteração de linhas e coletivos;

V - o tipo de equipamento a ser utilizado na operação do serviço.

§1º Em função do melhor atendimento ao público usuário, a qualquer momento poderão ocorrer alterações dos pontos, itinerários ou frequências de viagem, de modo a adequá-los às necessidades da demanda.

§2º Nos casos previstos no parágrafo anterior, será expedida nova ordem de serviço em substituição à anterior.

Art. 23 O órgão de gerência poderá autorizar a fusão, paralisação parcial ou total da linha, quando não atendidas às premissas da programação operacional, bem como cancelar horários regulares da linha.

Art. 24 A concessionária poderá por necessidade de serviço, e sem caráter habitual, realizar viagens suplementares cumprindo as mesmas especificações dos serviços existentes da linha, devendo a mesma ser declarada no MCO.

Art. 25 O órgão de gerência desenvolverá e implantará, através de ato próprio, mecanismos de avaliação periódica dos operadores visando manter uma classificação permanente destes quanto ao seu desempenho, considerando:

I - qualidade do serviço prestado, medida através da quantidade de penalidades e reincidências aplicadas à determinada operadora;

II - regularidade da operação, medida através do número de viagens realizadas, observados os itinerários e horários;

III - estado de conservação da frota, através de vistorias periódicas, pré-determinadas;

IV - qualidade do atendimento considerando o comportamento dos operadores e seus prepostos, no tratamento dispensado aos usuários; e

V - Satisfação dos usuários, medida através de pesquisa de opinião, realizada pelo órgão de gerência.

Art. 26 O transporte municipal de passageiros será recusado:

I - aos que estiverem embriagados, drogados ou afetados por moléstias infectocontagiosas;

II - aos que, por sua conduta comprometam de alguma forma a segurança ou o conforto dos demais usuários; III - quando a lotação do veículo estiver completa;

IV - aos que portarem armas sem autorização;

V - aos que recusarem ao pagamento de passagem e que não estejam acobertados por gratuidades;

VI - aos que praticarem atos, que venham a concorrer com a deterioração ou conservação do veículo; e



VII - aos que recusarem a se identificar aos operadores do sistema de transporte coletivo.

**Art. 27 São obrigações do concessionário:**

I - prestar serviço adequado, na forma prevista neste regulamento, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à Concessão;

III - prestar contas da gestão do serviço ao órgão de gerência e aos usuários;

IV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, regulamentares e contratuais;

V - permitir aos encarregados da fiscalização, devidamente identificados, livre acesso, em qualquer época, às obras, aos veículos, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo órgão de gerência, conforme previsto no edital e no contrato;

VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço;

VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

IX - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo órgão de gerência, ou pelo Poder Concedente;

X - executar os serviços com rigoroso cumprimento de horários, frequência, frota, tarifa, itinerário, pontos de parada e terminais definidos pelo órgão de gerência;

XI - apresentar periodicamente e, sempre que for exigido os seus veículos para vistoria técnica, com a responsabilidade de sanar, em prazo especificado no Laudo de Vistoria, as irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade do transporte de passageiros;

XII - retirar de circulação, para manutenção, os veículos cujos defeitos comprometam a segurança dos usuários, substituindo-os por outro, a fim de preservar a segurança e eficiência do sistema e o adequado atendimento aos usuários;

XIII - dar condições de pleno funcionamento aos serviços de sua responsabilidade;

XIV - manter as características fixadas pelo órgão de gerência para o veículo, segundo a categoria do serviço em execução;

XV - preservar a inviolabilidade dos instrumentos contadores de passageiros, tacógrafos e outros;

XVI - operar com os veículos em adequado estado de conservação e limpeza;

XVII

comunicar ao órgão de gerência, na data em que tiver ciência, a ocorrência de acidentes, e informar as providências adotadas e as assistências que forem devidas aos usuários e prepostos;

XVIII - manter em ordem os seus registros no órgão de gerência e nos demais órgãos competentes;

XIX - informar ao órgão de gerência as alterações de localização da empresa;

XX - arquivar no ao órgão competente todas as alterações de seus atos constitutivos ou estatutos;

XXI - preencher e remeter os relatórios e informações exigidas pelo órgão de gerência, cumprindo prazos e normas estabelecidas;

XXII - apresentar documentos contábeis na forma que for determinado pelo órgão de gerência, devendo apresentar sempre que exigidos, balanços e balancetes, dentro das normas de escrituração e dos prazos estabelecidos;

XXIII - cobrar a tarifa autorizada; e

XXIV - contratar seguro de responsabilidade civil com coberturas de dano físico total ou

parcial, incapacidade total, ou parcial permanente, morte e dano moral.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela Concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela Concessionária e o órgão de gerência.

Art. 28 A concessionária ficará obrigada a comunicar ao órgão de gerência e ao Poder Concedente no prazo máximo de um dia útil, qualquer fato ocorrido durante a viagem que implicar em alteração da especificação do respectivo serviço.

Art. 29 Não poderão ser afixados nos veículos de transporte coletivo regular, de transporte complementar e terminais, cartazes, adesivos e outros instrumentos de propaganda política, religiosa, filosófica ou ideológica incorrendo o infrator ou empresa responsável nas sanções previstas neste Regulamento.

Art. 30 Ocorrendo a avaria de veículos, a empresa deverá providenciar a imediata substituição da unidade avariada ou o transporte dos usuários, gratuitamente.

Art. 31 A manutenção ou o reabastecimento dos veículos deverá ser realizado, sem passageiros a bordo, preferencialmente nas garagens das empresas.

Parágrafo único. Havendo impedimento, a manutenção e o reabastecimento poderão ser realizados em local ou via pública, baias e pontos de embarque e desembarque de passageiros e faixas exclusivas do transporte coletivo.

## CAPÍTULO VI

### DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 32 A exploração dos serviços de transporte coletivo regular será remunerada através de tarifas pagas pelos usuários, fixadas pelo Poder Executivo Municipal, respeitada a manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Art. 33 O Poder Executivo deverá estabelecer a estrutura tarifária para o serviço de transporte coletivo regular definindo os tipos de tarifas a serem praticados e seus respectivos valores.

§1º A composição tarifária deverá abranger todas as modalidades de benefícios e gratuidades, parciais ou totais, existentes ou que venham a ser criadas.

§2º Os benefícios e gratuidades para o sistema de transporte coletivo regular somente será dado por meio de legislação específica, com indicação da fonte de recurso para seu financiamento, de maneira a não onerar os custos da operação do sistema para os usuários.

§3º O Poder Concedente e o órgão de gerência poderão estabelecer redutor na tarifa decorrente de outras receitas do sistema de transporte a fim de propiciar a modicidade tarifária.

§4º A tarifa será revista pelo Poder Concedente sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais, ou introduzidas modificações nos coeficientes de consumo pela melhoria de itinerário ou decorrentes de atualização tecnológica, bem como pelas disposições legais, de comprovada repercussão na tarifa estabelecida.

§5º Poderão ser criadas Câmaras de Compensação, com a participação das concessionárias e do órgão de gerência, para a manutenção do equilíbrio do sistema de transporte coletivo.

§6º Para efeitos de apuração do equilíbrio estabelecido no §5º serão avaliadas as condições das propostas apresentadas na licitação para a contratação dos serviços.

Art. 34 São isentos de pagamento da tarifa:

I - criança até 5 (cinco) anos de idade;

II - todos os amparados por legislação específica de âmbito municipal, estadual ou federal; e

III - fiscais de transporte coletivo do Município de Nova Friburgo, no exercício de suas atribuições e devidamente identificados.

## CAPÍTULO VII

### DA REMUNERAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE

Art. 35 O órgão de gerência será remunerado pela administração do sistema de transporte de que trata o presente regulamento e pelo gerenciamento das autorizações outorgadas, através:

- I - das penalidades pecuniárias impostas aos concessionários;
- II - dos preços públicos e taxas referentes aos serviços associados à gestão do sistema;
- IV - do saldo dos valores arrecadados no sistema de bilhetagem eletrônica e que não forem utilizados ou revalidados pelos usuários, no prazo de 6 (seis) meses; e
- V - de outras que lhe forem destinadas.

Art. 36 As concessionárias deverão disponibilizar ao órgão de gerência acesso integral ao sistema de bilhetagem eletrônica para fins de apuração da receita prevista no art. 35, IV deste Regulamento.

Art. 37 Os recursos a que se refere o art. 35 deste Regulamento serão exclusivamente aplicados em: I - projetos e obras para o sistema viário destinado ao transporte coletivo regular urbano;

II - projetos e implantação de sinalização e equipamentos urbanos para as vias públicas destinadas ao transporte coletivo regular; e

III - planejamento, programação, instrumentalização, utilização de equipamentos, veículos, sistema de controle operacional e fiscalização do sistema de transporte coletivo regular.

## CAPÍTULO VIII DOS VEÍCULOS

Art. 38 Só poderão ser licenciados para os serviços de transporte coletivo regular veículos apropriados às características das vias públicas do Município que satisfaçam às especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos pelo órgão de gerência, desde que observada a legislação pertinente.

Art. 39 Todos os veículos destinados aos serviços deverão ser licenciados e emplacados no Município de Nova Friburgo, e serem registrados sob a propriedade da concessionária a quem foi delegada a concessão.

Parágrafo único. É possível a transferência de veículos já registrados no sistema a outras concessionárias, mediante prévia comunicação ao órgão de gerência.

Art. 40 Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender à legislação vigente da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Nova Friburgo e demais normas técnicas cabíveis, em especial a:

- I - normas estabelecidas pela Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro 1997 - Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações;
- II - resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, relativas à resistência estrutural e segurança dos veículos de fabricação nacional ou estrangeira, destinados ao transporte coletivo de passageiros;
- III - normas do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA sobre emissões veiculares de poluentes (gases) e ruído;
- IV - resoluções do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO; V - normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- VI - recomendações técnicas oriundas dos fabricantes dos veículos;
- VII - normas sobre espaços e assentos preferenciais para idosos, gestantes, lactantes, usuários com crianças de colo, pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; e
- VIII - manuais, portarias e outras normas elaboradas pelo Estado do Rio de Janeiro e do Poder Concedente.

§1º O tipo de ônibus a ser utilizado nos serviços para fins da acessibilidade será o previsto na legislação pertinente.

§2º Os veículos, obrigatoriamente, deverão circular com os seguintes dispositivos:

I - tacógrafo ou outro equipamento de registro diário de velocidade e quilometragem, aferidos;

II - contador de passageiro lacrado; e

III - outros instrumentos e equipamentos que vierem a ser determinados pelo órgão de gerência.

IV – Sistema de GPS *on line* e integrado ao sistema de controle do Município.

V- Com Câmeras internas nos veículos e com sistema integrado ao Poder Concedente.

VI – Com ano e modelo de chassi e carroceria registrados com letras luminosas nas laterais dianteiras de cada veículo;

VII – Com equipamentos para portadores de deficiências especiais, a exemplo de elevadores que garantam a acessibilidade;

Art. 41 Todos os veículos em operação deverão ser vistoriados e registrados também no órgão de gerência, de acordo com as normas, características e especificações técnicas fixadas.

Parágrafo único. Os veículos que não atenderem as condições técnicas estabelecidas no contrato e neste regulamento dos serviços terão seus registros cancelados e deverão ser imediatamente retirados da operação.

Art. 42 Somente poderão ser utilizados nos serviços os veículos que apresentem AT, emitida pelo Poder Concedente via secretaria, ou órgão de gestão.

Art. 43 A concessionária deverá cumprir as solicitações do Poder Concedente para testes de novas tecnologias, matriz energética, observada a segurança dos usuários e demais cidadãos.

Parágrafo único. A utilização de veículos em teste ou pesquisa de novas tecnologias, combustíveis, materiais e equipamentos em virtude de solicitação da concessionária somente será admitida, caso seja custeada às expensas da concessionária, após autorização prévia da Poder Concedente, que zelará pela segurança dos usuários e demais cidadãos.

Art. 44 A frota de cada Concessionária das linhas de transporte coletivo regular deverá ser composta de veículos em quantidade suficiente para atender a demanda máxima de passageiros dentro de sua área de atuação.

§1º A renovação da frota deverá ser procedida no mês de vencimento da vida útil média de cada veículo e, quando da expansão do serviço, deverá ser feita a complementação no prazo fixado pelo órgão de gerência, não inferior a noventa dias, que levará em conta a disponibilidade de veículos no mercado.

§2º O tempo de vida útil dos veículos coletivos, assim considerado o da carroceria não poderá ser superior 03(três) anos e, idade média considerando o anos dos chassis não poderá ser superior a 05(cinco) anos.

Art. 45 A idade média da frota de veículos e os limites máximos de tempo para uso de veículo estarão os previstos no contrato.

Art. 46 Para o cálculo da idade média da frota da concessionária será considerado não o ano de fabricação da carroceria como também o do chassi como disposto no parágrafo segundo do artigo 44 deste Regulamento.

Art. 47 Os veículos a serem retirados de operação deverão ser encaminhados para vistoria pelo Poder Concedente através da pasta pertinente, com os lacres de roleta e AT, sem a respectiva padronização visual externa e interna.

Parágrafo único. A descaracterização do veículo abrange a retirada de desenhos, gráficos, adesivos, propagandas e outros tipos de informação existentes na parte externa e interna do mesmo.

Art. 48 A manutenção dos veículos e equipamentos vinculados à prestação dos serviços deverá ser efetuada em rigorosa obediência às instruções e recomendações do fabricante e às regras do serviço.

Art. 49 Em caso de acidentes que impeçam a circulação normal dos veículos, a concessionária, depois de reparadas as avarias e previamente à recolocação dos veículos em operação, deverá submetê-los à vistoria.

Art. 50 A manutenção e o abastecimento dos veículos deverão ser feitos na garagem da concessionária ou em oficinas, não sendo admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros em seu interior.

Art. 51 Para operar no sistema, os veículos deverão apresentar condições adequadas de higiene, bem como ter o seu interior devidamente seco após lavagem.

Art. 52 A fiscalização dos veículos será realizada por meio das vistorias a seguir descritas:

I - vistorias prévias à inclusão de veículos na frota;

II - vistorias programadas; e

III - vistorias eventuais.

Parágrafo único. As vistorias poderão ser realizadas a qualquer momento, durante a operação dos veículos, nos pontos de controle, ao longo das linhas e itinerários, nas estações de integração e na portaria ou no interior das garagens.

Art. 53 Serão baixadas pelo Poder Concedente, mediante portarias, normas complementares que estabelecerão para os veículos destinados aos serviços de transporte coletivo:

I - requisitos e documentação para o licenciamento;

II - características mecânicas, estruturais e geométricas; III - capacidades de transportes;

IV - programação visual;

V - vida útil admissível;

VI - condições de utilização do espaço interno e externo para publicidade; e VII - letreiros e avisos obrigatórios.

## CAPÍTULO IX

### DA FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

Art. 54 As sanções previstas neste regulamento serão aplicadas pelo órgão de gerência, através dos Agentes de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito, isoladamente ou em conjunto com a Polícia Militar, mediante convênio.

§1º A fiscalização consistirá no acompanhamento permanente da operação do serviço, visando o cumprimento dos contratos, regulamentos e normas estabelecidas pelo órgão de gerência.

§2º A fiscalização do sistema poderá ser realizada por meios eletrônicos e tecnológicos definidos pelo órgão de gerência.

Art. 55 Para fins de cumprimento de quadro de horário, os critérios para penalização de antecipação, atrasos e omissões em viagens, são:

I - A antecipação ou o atraso de viagem será penalizado com multa de classificação leve, na hipótese de faixa horária durante a qual se encontrem programadas mais de duas viagens;

II - A antecipação ou o atraso de viagem será penalizado com multa de classificação média, na hipótese de faixa horária durante a qual se encontrem programadas até duas viagens; e

III - A omissão de viagem será penalizada com multa de classificação média, na hipótese de faixa horária durante a qual se encontrem programadas mais de duas viagens:

a) a omissão de viagem será penalizada com multa de classificação grave, na hipótese de faixa horária durante a qual se encontrem programadas até duas viagens;

b) o não cumprimento da primeira e/ou a última viagem conforme estabelecido pelo Poder Concedente será penalizada com multa de classificação grave.

§1º Não serão aplicadas penalidades para viagem com atraso equivalente a até metade do intervalo previsto entre as viagens (headway), considerando as frações de minutos arredondadas para cima.

§2º Na hipótese em que o intervalo entre as viagens for igual ou superior a 20 (vinte) minutos, o atraso máximo tolerado para a não aplicação de penalidade será de 10 (dez) minutos.

Art. 56 Será considerada omissão de viagem, a viagem programada pelo Poder Concedente e não realizada pela concessionária, até o próximo horário programado.

Art. 57 Os agentes da fiscalização poderão solicitar às empresas concessionárias o afastamento imediato, em caráter preventivo, de qualquer preposto ou funcionário, que tenha incorrido em violação grave de dever previsto neste regulamento.

Art. 58 Os agentes de fiscalização, quando necessário, poderão determinar providências de caráter emergencial, com o fim de viabilizar a continuidade da execução dos serviços.

Art. 59 Os agentes de fiscalização do órgão de gerência deverão portar identificação especial que os credencie, a qualquer tempo, ao livre trânsito nos veículos de transporte coletivo regular desde que estes estejam em exercício de suas atribuições.

## CAPÍTULO X

### DO PESSOAL DE OPERAÇÃO

Art. 60 A operacionalização do sistema de transporte coletivo regular deverá ser feita por pessoal qualificado para atender as exigências especiais da função, com requisitos definidos em Portaria expedida pelo órgão de gerência.

Parágrafo único. As concessionárias deverão oferecer, periodicamente, cursos de relações humanas, direção defensiva e de segurança e higiene no trabalho, dentre outros, aos seus operadores.

Art. 61 O Poder Concedente diretamente, ou através de órgão e/ou secretaria de ordem e mobilidade urbana, poderá:

I - solicitar a relação do pessoal operacional, para efeito de cadastramento no sistema, sendo as informações prestadas de responsabilidade da empresa Concessionária;

II - solicitar exames periódicos de sanidade física e mental dos operadores, especialmente daqueles envolvidos em acidentes ou ocorrências policiais; e

III - solicitar o afastamento temporário ou definitivo de qualquer preposto ou funcionário, culpado de infrações de natureza grave ou que tenha reiteradamente violado os deveres previstos neste Regulamento, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 62 O pessoal que exercer atividade junto ao público deverá:

I - tratar com urbanidade os usuários e agentes da fiscalização;

II - apresentar-se corretamente uniformizado e identificado;

III - manter-se em adequado estado de asseio, limpeza e higiene;

IV - impedir o acesso ao veículo e recusar o transporte ao usuário que estiver em visível estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza que possa comprometer a segurança, higiene, saúde pública, conforto ou tranquilidade dos demais usuários;

V - não ingerir bebidas alcoólicas em serviço, nos intervalos da jornada de trabalho ou antes de assumir suas funções;

VI - prestar as informações necessárias aos usuários, relativas à operação do serviço;

VII - não ocupar, sentado, lugar destinado a passageiro; e

VIII - colaborar com a fiscalização do órgão de gerência e dos demais órgãos incumbidos de fiscalizar o transporte, atendendo as determinações por estes estabelecidas, sem prejuízo do disposto neste regulamento.

Parágrafo único. O pessoal em serviço nos veículos, quando necessário, poderá solicitar a intervenção da autoridade policial para solucionar ocorrências extraordinárias.

## CAPÍTULO XI

### DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 63 São direitos do usuário do serviço de transporte coletivo regular urbano do Município:

- I - receber serviço adequado;
- II - receber do órgão de gerência e da empresa Concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III - levar ao conhecimento do poder público e da empresa Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- IV - comunicar as autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela Concessionária e seus prepostos ou funcionários na prestação do serviço; e
- V - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

Art. 64 São deveres do órgão de gerência:

- I - indenizar o concessionário nos casos previstos na legislação vigente;
- II - cumprir e fazer cumprir as determinações regulamentares do serviço e as cláusulas constantes do contrato de concessão;
- III - propiciar o equilíbrio econômico-financeiro do serviço concedido; e
- IV - promover o combate sistemático ao transporte ilegal.

Art. 65 São direitos da Concessionária:

- I - o recebimento de tarifas remuneratórias, nos limites previstos em Lei, no Regulamento e atos próprios;
- II - a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;
- III - a revisão tarifária sempre que se comprovar desequilíbrio econômico-financeiro, sem que para isso tenha concorrido com culpa;
- IV - o recebimento de indenização nos casos e condições previstas na legislação vigente; e
- V - a garantia e segurança para o livre desempenho das atividades necessárias à prestação do serviço, de acordo com o instrumento próprio de delegação.

Art. 66 São deveres dos usuários:

- I - não fumar no interior do veículo;
- II - não viajar em estado de embriaguez;
- III - zelar pela conservação e higiene do veículo;
- IV - tratar com urbanidade os prepostos pela concessionária, os fiscais do órgão de gerência de Trânsito e Transporte no Município e os demais passageiros;
- V - pagar a tarifa cobrada pela concessionária;
- VI - Não perturbar o motorista e os demais passageiros durante a viagem;
- VII - Apresentar-se adequadamente trajado durante a viagem; e
- VIII - Não fazer uso de aparelhos sonoros durante a viagem.

## CAPÍTULO XII

### DAS PENALIDADES DO SISTEMA DE TRANSPORTE

Art. 67 Diante do descumprimento das disposições do presente Regulamento, bem como de outras normas vigentes ou que venham a ser editadas, o órgão de gerência aplicará, aos operadores dos

serviços de transporte coletivo regular, as seguintes penalidades, observados os princípios do contraditório e de ampla defesa:

- I - multa;
- II - suspensão temporária da concessão;
- III - intervenção nos serviços.
- IV - cassação da concessão;
- V - declaração de caducidade; e
- VI - declaração de inidoneidade.

§1º Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza aplicar-se-ão, concomitantemente, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

§2º A aplicação da sanção não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem nem de indenizar os danos que causar.

§3º A aplicação da sanção de multa poderá se dar de forma cumulativa com outra sanção.

§4º Os operadores respondem civilmente por danos causados a terceiros e ao patrimônio público, na forma estabelecida em lei.

Art. 68 Além das penalidades, os infratores estarão sujeitos às seguintes medidas administrativas, com caráter preventivo ou de restauração imediata da legalidade:

- I - retenção do veículo;
- II - afastamento do veículo da operação;
- III - remoção do veículo e apreensão do veículo;
- IV - recolhimento da AT;
- V - afastamento do pessoal de operação; e
- VI - comunicação à autoridade competente.

Art. 69 A aplicação das penalidades e medidas administrativas compete:

I - Ao Órgão de gerência, por meio dos seus agentes, isoladamente ou em conjunto com a Polícia Militar, mediante convênio; e

II - Ao Prefeito Municipal, nos casos de suspensão da delegação e de declaração da caducidade da delegação, observado o que dispuser a legislação.

Art. 70 A relação das infrações e suas respectivas penalidades e medidas administrativas cabíveis estão relacionadas no ANEXO I deste Regulamento.

Art. 71 A penalidade de multa será aplicada por meio de Auto de Infração lavrado pela autoridade competente, contendo:

- I - identificação da Concessionária;
- II - código da infração cometida;
- III - descrição sucinta da infração cometida;
- IV - o local, a data e a hora do cometimento da infração, se for o caso;
- V - a identificação do número de linha, se for o caso e sempre que possível;
- VI - a placa ou número de ordem do veículo, se for o caso; e
- VII - a assinatura do agente.



Parágrafo único. A autoridade competente deverá remeter o Auto de Infração ao operador no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da ocorrência.

Art. 72 As infrações relacionadas neste Regulamento terão seus valores expressos em Reais, conforme disposto no art. 60 deste Regulamento.

Art. 73 As infrações a este regulamento classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas, conforme especificado no ANEXO I, estabelecendo que:

I - as infrações leves serão punidas com multa equivalente a 20 (vinte) vezes o valor da tarifa predominante;

II - as infrações médias serão punidas com multa equivalente a 45 (quarenta e cinco) vezes o valor da tarifa predominante;

III - as infrações graves serão punidas com multa equivalente a 100 (cem) vezes o valor da tarifa predominante; e

IV - as infrações gravíssimas serão punidas com multa equivalente a 200 (duzentas) vezes o valor da tarifa predominante.

Art. 74 Aplicadas às multas, a autuada terá o prazo de 15 (quinze) dias, para efetuar o pagamento.

§1º O prazo previsto neste artigo inicia-se:

I - do dia seguinte ao termo final para apresentação de recurso, caso este não seja apresentado pela concessionária; e

II - do julgamento definitivo pelo não provimento do recurso, nos termos previsto no presente regulamento.

§2º A falta de pagamento da multa no prazo previsto neste artigo implicará na cobrança dos encargos previstos no Código Tributário do Município de Nova Friburgo.

Art. 75 A retenção do veículo será aplicada pelos fiscais do sistema viário do Poder Concedente quando o motivo que deu causa à infração puder ser eliminado no local da sua constatação, sendo o veículo liberado logo após a regularização da situação.

Art. 76 O recolhimento da AT será aplicado pelos fiscais do sistema viário do Poder Concedente, quando a infração cometida não permitir a continuidade da operação e não puder ser sanada no local, devendo o veículo ser retirado de operação imediatamente para que o operador possa providenciar os reparos necessários.

§1º As infrações que possuem como medida administrativa o recolhimento da AT estão discriminadas no ANEXO I deste Regulamento.

§2º O recolhimento da AT implicará no afastamento do veículo da operação.

§3º O veículo afastado somente poderá voltar à operação depois de passar por vistoria no órgão competente na qual seja constatada a correção da irregularidade que causou o seu afastamento.

§4º A colocação em operação de veículo afastado sem liberação do órgão competente implicará na sua imediata remoção/apreensão.

Art. 77 A medida administrativa de remoção/apreensão do veículo será aplicada pelos fiscais do sistema viário do Poder Concedente quando:

I - o veículo estiver operando sem oferecer as condições de segurança, colocando em risco passageiros ou terceiros;

II - o veículo estiver operando com a AT vencida, ou quando não estiver portando este documento;

III - veículo sem catraca (roleta) ou validador eletrônico exceto com expressa autorização da Poder Concedente;

IV - veículo estiver operando com o lacre da catraca (roleta) ausente, ou violado;

V - o veículo estiver em desacordo com as características e especificações técnicas estabelecidas pelo Poder Concedente; e

VI - o veículo estiver operando sem estar devidamente licenciado conforme regulamentação do DETRAN.

§1º As demais infrações que possuem como medida administrativa a remoção/apreensão do veículo estão discriminadas no ANEXO I deste Regulamento.

§2º No caso de remoção e apreensão, o veículo deverá ser recolhido ao Pátio de Recolhimento indicado pelo Poder Concedente.

§3º A restituição dos veículos removidos somente ocorrerá após o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estadia no Pátio de Recolhimento do Poder Concedente.

Art. 78 As concessionárias responderão pelas infrações cometidas por seus prepostos, quando no desempenho de suas funções, bem como por atos de terceiros praticados por culpa direta ou indireta sua ou de seus empregados.

Art. 79 O órgão, ou secretaria de gerência poderá determinar a medida administrativa de afastamento de qualquer preposto, motorista, cobrador ou fiscal dos operadores, caso seja verificada violação de dever previsto neste Regulamento em caso de falta grave.

§1º O afastamento do pessoal de operação será aplicado quando a sua permanência prejudicar a normalidade da prestação dos serviços ou colocar em risco a segurança dos usuários.

§2º O afastamento será determinado imediatamente, em caráter preventivo, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para apuração dos fatos.

Art. 80 A suspensão temporária da delegação será determinada quando houver comprometimento da continuidade de operação, por deficiência grave na prestação do serviço contratado ou descumprimento de cláusula contratual cujas circunstâncias não justifiquem a decretação de caducidade.

§1º A suspensão será precedida de processo administrativo onde será dado amplo direito de defesa ao operador.

§2º O prazo da suspensão não será superior a 30 (trinta) dias.

Art. 81 A intervenção nos serviços será realizada, pelos prazos determinados pelo poder concedente, quando a infração prejudicar ou impossibilitar a prestação adequada dos serviços, por questões administrativas, contratuais ou operacionais, ou quando o operador se recusar a acatar as determinações do poder público.

Art. 82 Do ato da intervenção deverá constar:

I - os motivos da intervenção e sua necessidade;

II - prazo de intervenção será de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias;

III - as instruções e regras que orientarão a intervenção; e

IV - o nome do interventor que, representando a Administração Pública, coordenará a intervenção.

Art. 83 Declarada a intervenção, o Órgão de gerência deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidade, assegurando o direito de ampla defesa.

Parágrafo único. O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar inválida a intervenção.

Art. 84 No período de intervenção, a Administração Pública assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a contratada utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

Parágrafo único. Assumindo o serviço, o Poder executivo, ou interventor por ele designado, responderá apenas pelas despesas necessárias à respectiva prestação, cabendo-lhe integralmente a receita da operação.

Art. 85 Cessada a intervenção, se não for extinto o contrato, a administração do serviço será devolvida à contratada, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

Art. 86 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do órgão de gerência, a declaração de caducidade da concessão.

§1º A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo órgão de gerência quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do órgão de gerência no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais; e

VII - a concessionária não atender a intimação do órgão de gerência para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§2º A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§3º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no §1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por Regulamento do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

§5º A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma prevista neste regulamento, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§6º Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente ou ao órgão de gerência qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Art. 87 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Prefeito Municipal a quem tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo único. O prazo de vigência da declaração de inidoneidade não será superior a cinco anos.

Art. 88 A aplicação das penalidades neste Regulamento dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, das concessionárias e seus representantes, caso existentes.

## CAPÍTULO XIV

### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 89 Constatada a infração, diretamente na operação, por agente do poder concedente, a partir da análise de relatórios operacionais, auditorias ou processos administrativos, será lavrada a NAT, comunicando o operador.

Art. 90 A NAT deverá conter os dados necessários à sua identificação, o seu enquadramento e a penalidade a que o infrator estiver sujeito.

§1º A NAT deverá indicar os documentos obrigatórios e as informações necessárias para a apresentação de recurso administrativo.

§2º A NAT deverá ser encaminhada para o endereço do autuado, constante do cadastro do órgão de gerência ou órgão detentor dos dados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da ocorrência.

§3º A NAT devolvida por desatualização de endereço ou qualquer outra informação cadastral dos operadores será considerada válida para todos os efeitos.

Art. 91 Após o decurso do prazo de recurso previsto neste Regulamento, caso silencie a concessionária ou infrator ou os mesmos tenham o seu recurso indeferido, a NAT convolar-se-á em penalidade, devendo ser quitada no prazo previsto no art. 74 deste mesmo diploma legal.

## CAPÍTULO XV DOS RECURSOS

Art. 92 Contra as penalidades impostas pelo órgão de fiscalização de trânsito, ou seja, a Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana, ou que venha substituí-la, caberá recurso à Junta Administrativa de Recurso de Infração - JARI, no prazo legal, a contar do primeiro dia útil seguinte ao recebimento da notificação da infração.

§1º Os recursos deverão ser interpostos, tempestivamente, em petição inteligível, dirigida ao Presidente da JARI e devidamente instruída, com cópia da NAT, e com todas as informações que possam favorecer a defesa do autuado, devidamente acompanhado dos documentos comprobatórios.

§2º o recurso será indeferido de plano se não contiver os documentos necessários à comprovação das alegações.

§3º O recurso deverá ser protocolizado na JARI, que emitirá comprovante para o recorrente.

§4º Só se admitirá recurso contra uma única penalidade, sendo liminarmente desconhecida a defesa múltipla.

§5º O recurso só poderá ser interposto pela concessionária ou infrator, ou se assim optarem por seus procuradores, acompanhado do respectivo instrumento de mandato.

§6º O recurso será liminarmente desconhecido se interposto fora do prazo, apócrifo ou sem a devida fundamentação.

Art. 93 O recurso será declarado intempestivo pela JARI na primeira sessão de julgamento realizada após a constatação de sua interposição fora do prazo.

Art. 94 A interposição de recurso junto à JARI tem efeito suspensivo.

§1º A interposição de recurso não impede a aplicação de medidas administrativas e não exime a Concessionária de responsabilidades adicionais advindas da infração cometida.

§2º Os recursos serão julgados preferencialmente na ordem de protocolo.

§3º O resultado do julgamento será comunicado ao recorrente através de endereço constante dos cadastros do órgão de gerência ou órgão detentor dos dados.

Art. 95 Os gráficos e registros de aparelhos destinados à contagem de passageiros, registro de velocidade, distância e tempo de percurso e quaisquer outros constituirão meios de prova, em caráter especial, no que couber, para a apuração das infrações deste regulamento.

Art. 96 - As defesas que tratem de questão meramente de direito, relativos à interpretação do regulamento de transportes, ou de sanções administrativas, poderão, mediante petição apresentada pela concessionária no prazo de 15 dias corridos, ser submetidos à apreciação do Secretário de Ordem e Mobilidade Urbana.

§ 1º As defesas de sanções administrativas contratuais e decorrentes deste regulamento deverão preencher os mesmos requisitos documentais daquelas dos recursos do artigo 92 e seus parágrafos deste instrumento.

§ 2º Da decisão do Secretário de Ordem e Mobilidade Urbana caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias corridos ao Prefeito Municipal.

## CAPÍTULO XVI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 97 O órgão de gerência, ou seja, a Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana, poderá estabelecer, através de Resoluções, Portarias, normas operacionais ou administrativas complementares a este Regulamento, necessárias à sua operacionalização.

Art. 98 Os concessionários responderão pelos danos causados, por si ou por seus prepostos, a terceiros e ao patrimônio público.

Art. 99 A imposição das penalidades previstas neste regulamento não exime os operadores de demais sanções específicas, contidas em contrato.

Art. 100 Os processos administrativos somente terão andamento após atenderem as exigências legais, inclusive as relativas a débitos para com o Município, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às renovações de licença, às prorrogações ou autorizações.

Art. 101 - O órgão de gerência, ou seja, a Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana poderá exercer a mais ampla fiscalização e proceder a vistoria ou diligência com vistas ao cumprimento deste Regulamento, podendo também baixar normas complementares.

Art. 102 Os prazos previstos neste Regulamento serão contados a partir da data de recebimento do documento pela concessionária.

Parágrafo único. O prazo cujo vencimento cair em dia em que não haja expediente no órgão de gerência ficará prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 103 Este Regulamento entra em vigor na data sua publicação e aplicar-se-á ao novo contrato de concessão.

## ANEXO I

### REGULAMENTO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO

#### PENALIDADES LEVES

**Constitui infração de natureza Leve, sujeita à penalidade multa equivalente a 500 (quinhentas) vezes o valor da tarifa do transporte público vigente, a prática de qualquer das infrações descritas neste anexo, observando o código e a descrição correspondente.**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1000	Acelerar o motor do veículo em demasia, provocando poluição sonora ou atmosférica no PC.
1001	Atrasar ou adiantar viagem em faixa horária com mais de duas viagens programadas.
1002	Buzinar (em excesso) sem justificativa para tal.
1003	Cartaz PREÇO PASSAGEM/TROCO MÁXIMO ausente, ou em más condições.
1004	Cartaz QUADRO DE HORÁRIO/ITINERÁRIO ausente no interior do veículo, ou em más condições.
1005	Cobrar tarifa de menor de cinco anos.
1006	Deixar com a porta fechada o primeiro veículo a ser despachado no ponto de controle.
1007	Deixar de afixar adequadamente comunicação institucional, cartazes de interesse público, conforme solicitado pelo Poder Concedente.
1008	Deixar de alocar, ou alocar incorretamente veículo no sistema de monitoramento antes de iniciar viagem.
1009	Deixar de atender ao sinal de parada para desembarque do(s) passageiros nos pontos de parada, ressalvada as exceções previstas em Lei.
1010	Deixar de atender ao sinal de parada para embarque do(s) passageiros nos pontos de parada, ressalvada as exceções previstas em Lei.
1011	Deixar de executar os procedimentos de início e término de viagem, de bloqueio e desbloqueio de validadores (abertura e encerramento da jornada do veículo/ operador) e de abertura (configuração) de operação em linha na qual o veículo vai operar.
1012	Deixar de impedir a atividade de pedintes no interior do veículo.
1013	Deixar de impedir a atividade de pessoas fazendo panfletagem não autorizada pela Poder Concedente no interior do veículo.
1014	Deixar de impedir a atividade de vendedores ambulantes no interior do veículo.
1015	Deixar de impedir o transporte de usuário cujo comportamento de alguma forma comprometa a segurança ou o conforto dos demais usuários.
1016	Deixar de operar com o veículo com os faróis acesos em luz baixa, em qualquer horário de operação.
1017	Deixar de tomar medidas necessárias para a manutenção da ordem no interior do veículo, dentro das suas possibilidades.
1018	Deixar de tomar medidas necessárias para impedir atos de vandalismo no veículo, dentro das suas possibilidades.
1019	Deixar estacionado no PC, com luzes internas e o letreiro externo apagados, após as 18:00

	horas até as 06:00 horas do dia seguinte, o primeiro veículo a ser despachado.
1020	Deixar o cobrador de colaborar com o motorista em tudo quanto diga respeito à segurança dos passageiros.
1021	Deixar o cobrador de colaborar com o motorista, orientando-o nas manobras do veículo quando necessário.
1022	Desembarque fora do ponto estabelecido.
1023	Embarque fora do ponto estabelecido.
1024	Motorista cobrando passagem com o veículo em movimento.
1025	Não afixar o QCO (quadro de características operacionais) no PC, em local visível.
1026	Não apresentar-se ao trabalho asseado.
1027	Não apresentar-se corretamente identificado em serviço.
1028	Não apresentar-se corretamente uniformizado.
1029	Não comunicar ocorrência de acidente com ou sem vítimas no prazo de 24 (vinte quatro) horas.
1030	Não manter a limpeza ou conservação dos PC.
1031	Operador negar informações/orientações aos usuários.
1032	Operar com luzes internas, letreiros e demais iluminações do veículo apagadas após as 18:00 horas até as 06:00 horas do dia seguinte, exceto no caso em que a luz interna próxima ao motorista interfira na sua visibilidade.
1033	Operar com tipo de veículo incompatível com o tipo de serviço.
1034	Operar com veículo molhado internamente.
1035	Permitir a permanência de pessoas na entrada e/ou saída do veículo, dificultando o embarque e/ou desembarque de passageiros.
1036	Permitir o transporte ou ingresso no veículo, de volumes que dificultem a circulação ou ocupem assento do veículo, bem como de animais exceto os casos previstos em lei.
1037	Permitir que operador ocupe sentado lugar de passageiro no veículo.
1038	Realizar com atraso serviço especial, quando solicitado pela Concedente.
1039	Transportar usuário que não seja beneficiário de gratuidade sem cobrança de tarifa.
1040	Utilizar durante a jornada de trabalho, qualquer dispositivo sonoro ou audiovisual.
1041	Veículo com banco rasgado.

## PENALIDADES MÉDIAS

**Constitui infração de natureza Média, sujeita à penalidade multa equivalente a 1000 (mil) vezes o valor da tarifa de transporte público vigente, a prática de qualquer das infrações descritas neste anexo, observando o código e a descrição correspondente.**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS
2000	Abandonar o veículo em via pública ou nos pontos de PC.	Não se aplica.
2001	Abrir a(s) porta(s) com o veículo em movimento.	Não se aplica.
2002	Adesivo/placa ESPAÇO DEFICIENTE FÍSICO ausente ou em más condições.	Não se aplica.
2003	Adesivo/placa GRATUIDADE IDOSOS ausente ou em más condições.	Não se aplica.
2004	Adesivo/placa PRIORIDADE ausente ou em más condições.	Não se aplica.
2005	Afixar no veículo, interna ou externamente, inscrições sem autorização do Poder Concedente	Não se aplica.
2006	Alterar ou danificar sinalização de trânsito ou bens públicos.	Não se aplica.
2007	Atrasar ou adiantar viagem em faixa horária com até duas viagens programadas.	Não se aplica.
2008	Ausência de preposto na garagem para a solução de problemas emergenciais.	Não se aplica.
2009	Catraca (roleta) e/ou validador eletrônico com visor com legibilidade reduzida.	Não se aplica.
2010	Circular durante a operação do veículo no salão localizado entre o instrumento contador de passageiros e a porta de embarque, exceto para auxiliar usuários.	Recolhimento da AT
2011	Dar partida (entrar em movimento) com a porta do veículo aberta.	Não se aplica.
2012	Deixar de adotar relatório, impresso ou documento instituído pelo Poder Concedente.	Não se aplica.
2013	Deixar de controlar, receber, devolver e dar acompanhamento adequado aos objetos achados e perdidos nos veículos.	Não se aplica.
2014	Deixar de disponibilizar nos veículos as legendas determinadas pelo Poder Concedente, em adequado estado de conservação.	Não se aplica.
2015	Deixar de disponibilizar nos veículos os adesivos determinados pelo Poder Concedente., em adequado estado de conservação.	Não se aplica.
2016	Deixar de efetuar corretamente, a identificação e o registro da passagem de beneficiário de gratuidade portador de cartão eletrônico.	Não se aplica.
2017	Deixar de inscrever legenda, número, prefixo, interna ou externamente no veículo, conforme determinação do Poder Concedente.	Não se aplica.
2018	Deixar de promover a desinsetização nos veículos sob sua responsabilidade.	Não se aplica.
2019	Deixar de promover a desinsetização nos veículos sob sua responsabilidade.	Não se aplica.



2020	Deixar de realizar viagem (omissão) programada na ordem de serviço da linha (OSL); na hipótese de faixa horária durante a qual se encontrem programadas mais de duas viagens.	Não se aplica.
2021	Deixar de receber e enviar ao Poder Concedente as reclamações e sugestões.	Não se aplica.
2022	Deixar de registrar, ou registrar erroneamente no validador, evento operacional (gratuidades sem cartão, controle de viagens), com ou sem interrupção, ocorridos durante a viagem;	Não se aplica.
2023	Desrespeitar a capacidade legal de lotação do veículo.	Não se aplica.
2024	Dirigir inadequadamente o veículo, de modo a proporcionar desconforto aos passageiros.	Não se aplica.
2025	Dirigir o veículo inadequadamente, desobedecendo às regras de circulação, conduta e sinalização de trânsito, de modo a proporcionar insegurança aos passageiros.	Não se aplica.
2026	Efetuar a cobrança no salão localizado entre a roleta e a(s) porta(s) de desembarque, exceto para auxiliar usuários ou nas viagens de serviços especiais.	Não se aplica.
2027	Expor ou divulgar nos veículos e/ou nos pontos de controle (PC), materiais políticos, religiosos, ou inadequados à moral e bons costumes.	Não se aplica.
2028	Fumar no interior do veículo, mesmo que parado no ponto de controle ou estação de integração.	Não se aplica.
2029	Guarda-pertences localizado próximo ao motorista em más condições.	Não se aplica.
2030	Horário da grafia registrado no disco diagrama não confere com horário real.	Recolhimento da AT
2031	Lavar ou fazer manutenção nos veículos em via pública, exceto em casos de manutenções simples.	Não se aplica.
2032	Manter nos PC, veículo com motor funcionando por tempo superior a 10 (dez) minutos.	Não se aplica.
2033	Mesa do cobrador ausente ou em más condições.	Recolhimento da AT
2034	Motorista abandonar, deliberadamente, o veículo de modo a impossibilitar a ação da fiscalização.	Não se aplica.
2035	Motorista do veículo fazendo uso de calçado impróprio para a função (calçado aberto não preso ao pé ou com salto superior a três cm).	Não se aplica.
2036	Motorista do veículo fazendo uso em trânsito de sistema de telefonia celular, fone de ouvido, viva-voz ou manter instalado rádio de comunicação (PX, PY), ou qualquer outro sistema de comunicação não autorizado.	Não se aplica.
2037	Movimentar o veículo com passageiro(s) desembarcando.	Não se aplica.
2038	Movimentar o veículo com passageiro(s) embarcando.	Não se aplica.
2040	Não auxiliar o embarque ou desembarque de pessoas com mobilidade reduzida	Não se aplica.

2041	Não diligenciar para garantir o perfeito funcionamento de equipamentos instalados por determinação pelo Poder Concedente.	Não se aplica.
2042	Não disponibilizar as informações necessárias nos prazos e formatos definidos pelo Poder Concedente para geração do MCO.	Não se aplica.
2043	Não disponibilizar as informações referentes ao tacógrafo das últimas 24h.	Não se aplica.
2044	Não enviar a documentação ou não transmitir as informações exigidas pela pelo Poder Concedente nos prazos determinados.	Não se aplica.
2045	Não manter as baterias dos veículos em perfeitas condições técnicas de funcionamento, de modo a alimentar corretamente de energia os validadores e outros equipamentos embarcados; bem como não manter a bateria interna do validador.	Não se aplica.
2046	Não orientar ou orientar de forma equivocada os operadores sobre os procedimentos necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos de medição, aferição, arrecadação e monitoramento.	Não se aplica.
2047	Não permitir ou dificultar a realização de estudos por pessoal credenciado pelo Poder Concedente.	Não se aplica.
2048	Não portar certificado de verificação cronotacógrafo.	Não se aplica.
2049	Não preencher a região central do disco diagrama.	Não se aplica.
2050	Não prestar todas as informações operacionais que forem solicitadas pelo Poder Concedente.	Não se aplica.
2051	Não providenciar meios de transporte para os usuários, em qualquer caso de interrupção de viagem, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos.	Não se aplica.
2052	Não ter disco diagrama reserva para concluir viagem.	Recolhimento da AT
2053	Não trafegar pela primeira faixa da pista de rolamento, ou fora da faixa de rolamento próprio.	Não se aplica.
2054	Negar a receber documentos encaminhados pelo Poder Concedente.	Não se aplica.
2055	Operar veículo sem informar telefones úteis.	Não se aplica.
2056	Permitir a passagem de usuário sem o devido giro da catraca (roleta) ou deixar de efetuar o giro da catraca quando cabível o desembarque do usuário pela porta dianteira com o devido pagamento da tarifa.	Não se aplica.
2057	Permitir a passagem pela catraca (roleta) de mais de um usuário, simultaneamente.	Não se aplica.
2058	Permitir o desembarque de usuário pela porta indevida, sem o pagamento da tarifa, ou sem a devida identificação no caso de usuário beneficiário de gratuidade.	Não se aplica.
2059	Realizar viagem com letreiro indicando destino incorreto, ou com a bandeira diferente da linha.	Não se aplica.
2060	Recusar o embarque de usuário sem motivo justo, ou desatender a solicitação de desembarque feita por usuário no interior do veículo.	Não se aplica.
2061	Recusar passes estipulados em Lei.	Não se aplica.

2062	Recusar sem justificativa o transporte de usuário beneficiário de gratuidade ou efetuar a cobrança de tarifa do mesmo.	Não se aplica.
2063	Retardar a viagem para angariar passageiros.	Não se aplica.
2064	Retardar propositadamente a marcha do veículo ou trafegar em velocidade acima da permitida.	Não se aplica.
2065	Saídas de emergência (nas portas, janelas e teto) em más condições.	Recolhimento da AT
2066	Trajar-se inadequadamente.	Não se aplica.
2067	Transitar com o tacógrafo com agulha bloqueada.	Recolhimento da AT
2068	Transitar com o tacógrafo com agulha fora da base.	Recolhimento da AT
2069	Transitar com o tacógrafo com falta de registro de uma ou mais agulhas.	Recolhimento da AT
2070	Transitar com o tacógrafo sem lacres.	Recolhimento da AT
2071	Transitar com o tacógrafo utilizando disco diagrama inadequado.	Recolhimento da AT
2072	Transitar com o veículo com a(s) porta(s) aberta(s).	Não se aplica.
2073	Transitar sem disco diagrama ou estando este vencido.	Recolhimento da AT
2074	Utilizar na limpeza interna ou externa do veículo, substância que prejudique a saúde ou segurança do usuário.	Não se aplica.
2075	Utilizar veículo em serviço de outra natureza, salvo com autorização do Poder Concedente.	Recolhimento da AT
2076	Utilizar, na limpeza interna dos veículos, substância que prejudique o funcionamento dos equipamentos embarcados.	Não se aplica.
2077	Veicular campanha e/ou propaganda publicitária que não sejam previamente autorizados pelo Poder Concedente.	Não se aplica.
2078	Veículo com alçapão (passagem no assoalho) em más condições.	Recolhimento da AT
2079	Veículo com antiderrapante solto, em falta ou mal estado de conservação. (Assoalho em más condições)	Recolhimento da AT
2080	Veículo com balaústre solto ou em falta. No espaço reservado para portadores de necessidades especiais será exigido somente nos veículos que apresentam tal dispositivo original de fábrica.	Recolhimento da AT
2081	Veículo com balaústre, corrimão ou coluna apresentando cantos vivos, rebarbas de metal ou arestas cortantes, ou ausentes.	Recolhimento da AT
2082	Veículo com banco do motorista e/ou do cobrador solto, trincado ou quebrado (em más condições).	Recolhimento da AT
2083	Veículo com banco solto, trincado, quebrado ou em falta.	Não se aplica.

2084	Veículo com buzina inoperante ou em falta.	Recolhimento da AT
2085	Veículo com campainha em más condições, ou em falta.	Não se aplica.
2086	Veículo com capô/capuz do motor em más condições (isolamento termo-acústico do motor insuficiente/danificado, pega-mão avariado ou ausente, etc.).	Não se aplica.
2087	Veículo com carroçaria em más condições. (Veículo desnivelado)	Recolhimento da AT
2088	Veículo com cinto de segurança em más condições.	Recolhimento da AT
2089	Veículo com cinto de segurança para árvore de transmissão ausente ou em más condições.	Recolhimento da AT
2090	Veículo com corrimão ou coluna soltos ou em falta.	Recolhimento da AT
2091	Veículo com defeito de ignição (motor de partida e outros itens).	Recolhimento da AT
2092	Veículo com defeito nas portas de embarque e/ou desembarque.	Recolhimento da AT
2093	Veículo com degrau em mau estado que possa afetar a segurança do usuário.	Recolhimento da AT
2094	Veículo com falta de limpeza interna e/ou externa.	Não se aplica.
2095	Veículo com freio de porta inoperante ou desligado.	Não se aplica.
2096	Veículo com janela em mau estado de conservação. (Sem puxado, travada, vibrando, sem limitador de abertura etc.).	Não se aplica.
2097	Veículo com lataria/lanternagem em más condições. (Apresentando cantos vivos, rebarbas da lataria ou arestas cortantes). Como também tampa lateral e do tanque de combustível ausente ou em más condições.	Recolhimento da AT
2098	Veículo com motor apresentando baixo desempenho/fraca potência.	Recolhimento da AT
2099	Veículo com o lavador do para-brisa em más condições, ou em falta.	Não se aplica.
2100	Veículo com o para-choque traseiro e/ou dianteiro em más condições.	Não se aplica.
2101	Veículo com o sistema de iluminação externa apagado, com defeito, ou mal conservado, bem como sem lente, ou com esta quebrada, (letreiro, painel eletrônico de destino, farol, farolete, luz de freio, indicadora de direção, luz de marcha-ré, luz de placa, pisca alerta ou luz delimitadora/vigília, bem como qualquer sistema de iluminação auxiliar).	Recolhimento da AT em caso de defeito.
2102	Veículo com painel de controle em más condições.	Recolhimento da
		AT
2103	Veículo com pega-mão da porta em más condições ou ausente.	Não se aplica.

2104	Veículo com pega-mão do banco em más condições, ou em falta.	Não se aplica.
2105	Veículo com placa de itinerário ausente, ou em más condições.	Não se aplica.
2106	Veículo com revestimento interno (laterais ou teto) furado ou quebrado.	Não se aplica.
2107	Veículo com roda(s) em más condições.	Recolhimento da AT
2108	Veículo com sistema de iluminação interna apagado, com defeito ou mal conservado, bem como sem lente, ou com esta quebrada.	Recolhimento da AT em caso de defeito.
2109	Veículo em desacordo com a padronização determinada pelo Poder Concedente no que se refere a cores da pintura interna ou externa, layout interno, dimensões e localização de placas e inscrições de comunicação visual, bem como dimensões e localização da propaganda comercial ou qualquer outro item de padronização da frota.	Recolhimento da AT
2110	Veículo sem dispositivos refletivos, ou estando estes em más condições.	Não se aplica.
2111	Veículo sem espelho retrovisor interno ou externo, ou estando quebrado ou oxidado.	Recolhimento da AT
2112	Veículo sem para-sol, ou estando este em más condições.	Recolhimento da AT
2113	Veículo sem triângulo de segurança ou danificado.	Recolhimento da AT

## PENALIDADES GRAVES

**Constituem infrações de natureza Grave, sujeita à penalidade de multa equivalente a 1500 (mil e quinhentas) vezes o valor da tarifa de transporte público vigente, a prática de qualquer das infrações descritas neste anexo, observando o código, a descrição e a medida administrativa correspondente.**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS
3000	Abastecer ou efetuar manutenção do veículo com passageiros a bordo.	Recolhimento da AT
3001	Alterar as características originais do veículo sem laudo técnico validando tal modificação.	Recolhimento da AT / Encaminhamento para a inspeção técnica.
3002	Alterar ponto de controle (PC) estabelecido no contrato de concessão, salvo impossibilidade de uso da via, devidamente comprovada.	Não se aplica.
3003	Ameaçar servidor do Poder Concedente	Afastamento do funcionário.
3004	Ausência de cores diferenciadas (pela cor amarela ou outra especificada por Lei), nos assentos preferenciais, aplicada também no encosto de cabeça.	Recolhimento da AT
3005	Ausência de dispositivo tátil na coluna ou balaústre, o mais próximo a cada área, para possibilitar a localização da área reservada pelas pessoas com deficiência visual.	Recolhimento da AT
3006	Ausência de pega-mãos aplicados em ambos os lados para possibilitar segurança aos usuários durante o embarque, não se constituindo em nenhuma barreira para acomodação da cadeira de rodas na plataforma.	Recolhimento da AT
3007	Ausência do acionamento automático das luzes intermitentes (pisca alerta) do veículo durante toda a operacionalização do elevador, para garantir sinalização visual de segurança ao trânsito de veículos e pedestres.	Recolhimento da AT
3008	Ausência do interruptor de solicitação de parada disposta na área reservada para cadeira de rodas, junto a cada porta do veículo.	Recolhimento da AT
3009	Ausência nos veículos equipados com elevador, de balaústres e pega-mãos de apoio em todas as folhas de portas, na cor amarela, para atendimento às pessoas que utilizam cadeira de rodas.	Recolhimento da AT
3010	Cercear ao Poder Concedente, o livre acesso às suas instalações operacionais e veículos, para o exercício de suas atividades de gerenciamento do serviço de transporte coletivo.	Não se aplica.
3011	Cobrar indevidamente ou recusar a fornecer ao usuário troco correspondente.	Não se aplica.
3012	Cobrar tarifa em valor diferente do determinado pelo Executivo Municipal.	Não se aplica.
3013	Compor a frota com veículos que não satisfaçam a legislação vigente.	Remoção/Apreensão do veículo.

3014	Constranger servidor do Poder Concedente.	Não se aplica.
3015	Contribuir para a incorreta operação dos equipamentos embarcados nos veículos por determinação do Poder Concedente.	Não se aplica.
3016	Danificar os equipamentos de transmissão e recepção de informações instalados nas garagens.	Não se aplica.
3017	Deixar de cumprir a primeira ou a última viagem conforme estabelecido no edital e contrato de concessão, e seus anexos.	Não se aplica.
3018	Deixar de cumprir Aviso, Memorando, prazo estabelecido na Intimação ou Comunicado do Poder Concedente, recebidas com antecedência necessária para o seu cumprimento e no prazo estabelecido .	Não se aplica.
3019	Deixar de cumprir outros critérios estabelecidos por Lei em relação ao programa de avaliação da conformidade para a adaptação de acessibilidade de veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros.	Não se aplica.
3020	Deixar de cumprir parcialmente, ou integralmente, itinerário estabelecido pelo Poder Concedente, salvo impossibilidade de uso davia, devidamente comprovada por meio de comunicação formal.	Não se aplica.
3021	Deixar de dar a instrução devida para manusear extintor de incêndio.	Não se aplica.
3022	Deixar de fornecer sanitários para funcionários e usuários nos pontos de controle (PC).	Não se aplica.
3023	Deixar de notificar, ao Poder Concedente ou a quem ela indicar, o mau funcionamento de validadores, catracas (roletas), sensores e outros equipamentos embarcados nos veículos por determinação da secretaria competente.	Não se aplica.
3024	Deixar de notificar, o Poder Concedente ou a quem ela indicar, o rompimento do lacre de qualquer equipamento sob sua guarda ou uso.	Não se aplica.
3025	Deixar de operar, nas garagens, os equipamentos de coleta das informações registradas pelos validadores.	Não se aplica.
3026	Deixar de realizar ensaio metrológico em cronotacógrafo.	Recolhimento da AT
3027	Deixar de realizar viagem (omissão) programada na ordem de serviço da linha (OSL); na hipótese de faixa horária durante a qual se encontrem programadas até duas viagens.	Não se aplica.
3028	Deixar de transmitir ou transmitir incorretamente para o Sistema Central de Armazenamento e Processamento de Dados, as informações descarregadas pelos validadores nas garagens.	Não se aplica.
3029	Desacatar servidor do Poder Concedente	Afastamento do funcionário.
3030	Desvincular equipamento de operação (veículo) sem anuência do Poder Concedente através da secretaria competente.	Não se aplica.
3031	Dificultar, retardar ou impedir a ação da fiscalização.	Não se aplica.
3032	Efetuar transporte remunerado com veículo não autorizado pelo Poder Concedente.	Remoção/Apreensão do veículo.

3033	Estacionar o veículo para guarda ou pernoite em local não autorizado pelo Poder Concedente	Não se aplica.
3034	Evadir-se, com o veículo, quando abordado pela fiscalização.	Não se aplica.
3035	Explorar atividades que geram receitas alternativas, complementares ou acessórias, sem a anuência do Poder Concedente através de secretaria pertinente.	Não se aplica.
3036	Impedir ou dificultar o embarque gratuito de usuários que já efetuaram o pagamento de tarifa em outro veículo, o qual teve sua viagem interrompida.	Não se aplica.
3037	Impedir que usuários utilizem créditos eletrônicos para pagamento de passagens.	Não se aplica.
3038	Iniciar viagem com veículo cujo validador apresente mau funcionamento.	Não se aplica.
3039	Iniciar viagem em local não autorizado pelo Poder Concedente, mesmo fazendo parte do itinerário.	Não se aplica.
3040	Instalar nos veículos conjuntos e componentes que não obedeçam às especificações técnicas definidas no edital, seus anexos e contrato de concessão.	Recolhimento da AT
3041	Interromper a viagem sem motivo justificado.	Não se aplica.
3042	Interromper, sem motivo justo, a transmissão de dados para a Central de Monitoramento.	Não se aplica.
3043	Limpador de para-brisa ausente ou inoperante.	Recolhimento da AT
3044	Motorista do veículo não portar documento individual exigido por Lei ou recusar a sua apresentação, quando solicitado, inclusive a do veículo.	Não se aplica.
3045	Não apresentar periodicamente os seus veículos para inspeção técnica programada.	Não se aplica.
3046	Não apresentar, sempre que solicitado, os seus veículos para inspeção veicular.	Não se aplica.
3047	Não cumprir as orientações ou determinação dos agentes de fiscalização do Poder Concedente via secretaria competente, na operação do sistema.	Não se aplica.
3048	Não divulgar as alterações do quadro de horários integrante da ordem de serviço da linha (OSL) no interior dos veículos com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data da implantação.	Não se aplica.
3049	Não exibir aos representantes do Poder Concedente os documentos que forem exigidos.	Não se aplica.
3050	Não portar Autorização de Tráfego (AT).	Remoção/Apreensão do veículo.
3051	Não possuir, na garagem e pátio de estacionamento, equipamento para lavagem de veículo, que possibilite a verificação de vedação da carroçaria quanto à entrada de água.	Não se aplica.
3052	Não providenciar a substituição de veículo em operação por veículo reserva quando necessário.	Não se aplica.
3053	Não recolher veículo quando determinado pelo Poder Concedente.	Remoção/Apreensão do veículo.



3054	Não substituir veículo recolhido por ordem do Poder Concedente através de secretaria e/ou órgão competente.	Remoção/Apreensão do veículo.
3055	Não suprir o pessoal de operação de quantidade de troco suficiente para a jornada diária de trabalho.	Não se aplica.
3056	Não zelar pelos equipamentos instalados por determinação do Poder Concedente, dificultando ou prejudicando a obtenção de dados corretos.	Não se aplica.
3057	Operar com o veículo sem a presença do cobrador, sem anuência do órgão de gerência, exceto nas viagens de serviços especiais.	Não se aplica.
3058	Operar linha ou atendimento não autorizado pelo Poder Concedente.	Remoção/Apreensão do veículo.
3059	Operar veículo com emissão de fumaça fora dos padrões legais.	Recolhimento da AT / Encaminhamento para a inspeção técnica.
3060	Operar veículo não licenciado no Município de Nova Friburgo.	Recolhimento da AT
3061	Operar veículo provocando poluição sonora.	Recolhimento da AT
3062	Parar veículo afastado do meio-fio obrigando os passageiros a embargarem ou desembargarem na pista.	Não se aplica.
3063	Permanecer estacionado nos pontos do itinerário, por tempo superior ao necessário para efetuar o embarque e/ou desembarque de passageiros; exceto quando o motorista estiver efetuando a cobrança da passagem.	Não se aplica.
3064	Permitir o acesso ao interior do veículo de pessoas conduzindo ou transportando animais, exceto cão guia.	Não se aplica.
3065	Permitir o transporte de produtos inflamáveis, explosivos, lâmpadas fluorescentes, televisores de tubo, cargas pontiagudas ou cortantes (espelho, vidro, varas de pescar, tubos, etc.) e/ou de qualquer material ou carga que possa causar risco à segurança ou integridade física do usuário.	Não se aplica.
3066	Permitir que o cobrador efetue a cobrança fora de seu assento.	Não se aplica.
3067	Praticar atos que atendem contra a moral e os bons costumes (realizar necessidades fisiológicas em locais impróprios, etc.).	Não se aplica.
3068	Recusar em operar o elevador para os usuários com mobilidade reduzida.	Não se aplica
3069	Substituir veículo sem anuência do Poder Concedente através da secretaria pertinente.	Não se aplica.
3070	Tratar o usuário, o público e/ou funcionários e representantes do Poder Concedente com falta de urbanidade.	Não se aplica.
3071	Validador eletrônico com leitora danificada.	Recolhimento da AT
3072	Veículo com elevador inoperante, ou mau estado de conservação e funcionamento.	Recolhimento da AT
3073	Veículo com equipamentos que não sejam originais de fábrica, ou em desacordo com o Código de Trânsito Brasileiro ou não aprovados pelo	Recolhimento da AT

	Poder Concedente.	
3074	Veículo com extintor de incêndio em más condições, descarregado, ausente, data de validade vencida, bem como lacre violado ou em falta.	Recolhimento da AT
3075	Veículo com para-brisa apresentando trinca superior a 20 (vinte) centímetros de comprimento, e/ou fratura de configuração circular superior a 04 (quatro) centímetros de diâmetro. (Independente do lado danificado).	Recolhimento da AT
3076	Veículo com para-choque dianteiro e/ou traseiro ausente.	Recolhimento da AT
3077	Veículo com pneus dianteiros reformados.	Recolhimento da AT
3078	Veículo com pneus em mau estado de conservação, com bolhas, sem sulcos e em desacordo com a normativa nacional vigente.	Recolhimento da AT
3079	Veículo com silenciador insuficiente, defeituoso ou ausente.	Recolhimento da AT
3080	Veículo com vazamento de ar nos freios, portas, comando das portas, entre outros itens.	Recolhimento da AT
3081	Veículo com vazamento de combustível ou lubrificante.	Recolhimento da AT
3082	Veículo com velocímetro e hodômetro danificados ou ausentes.	Recolhimento da AT
3083	Veículo com vidros laterais e/ou traseiros quebrados, trincados ou em falta.	Recolhimento da AT
3084	Veículo com volante em más condições.	Recolhimento da AT
3085	Veículo não equipado com cinto de segurança, tanto para pessoas com deficiência, quanto para o motorista.	Recolhimento da AT

## PENALIDADES GRAVÍSSIMAS

Constituem infrações de natureza Gravíssima, sujeita à penalidade de multa equivalente a 2000 (duas mil) vezes o valor da tarifa de transporte público vigente, a prática de qualquer das infrações descritas neste anexo, observando o código, a descrição e a medida administrativa correspondente.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS
4000	Agredir servidor do Poder Concedente.	Afastamento do funcionário.
4001	Alterar instalação de escritório, garagem ou pátio de estacionamento sem comunicar previamente ao Poder Concedente.	Não se aplica.
4002	Catraca (roleta) ou validador eletrônico com defeito que comprometa o controle exercido pelo equipamento.	Recolhimento da AT
4003	Catraca (roleta) ou validador eletrônico com lacre ausente, danificado ou violado.	Remoção/Apreensão do veículo.
4004	Deixar de prestar socorro e/ou atendimento de primeiros socorros a vítimas de mal súbito, bem como deixar de realizar os registros pertinentes a cada fato.	Não se aplica.
4005	Empregar na operação regular das linhas, motoristas inabilitados, com a CNH vencida ou com categoria não compatível.	Não se aplica.
4006	Enviar dados diferentes dos registros dos instrumentos de controle da demanda.	Não se aplica.
4007	Falsificar e/ou utilizar documento falso em informação prestada ao Poder Concedente	Não se aplica.
4008	Fazer alterações no quadro de características operacionais (QCO) sem prévia aprovação do Poder Concedente.	Não se aplica.
4009	Ingerir bebida alcoólica ou qualquer substância tóxica em serviço.	Afastamento do funcionário.
4010	Não atender às solicitações do Poder Concedente para testes de novas tecnologias, combustíveis, materiais ou equipamentos.	Não se aplica.
4011	Não dispor de veículo socorro.	Não se aplica.
4012	Não implantar as alterações de itinerário ou de quadro de horários estabelecidas pelo Poder Concedente.	Não se aplica.
4013	Não manter, para cada veículo, seguro de responsabilidade civil.	Recolhimento da AT
4014	Não operar em linhas, itinerários e deixar de parar em Estações quando determinado pelo Poder Concedente.	Não se aplica.
4015	Não permitir injustificadamente o embarque de passageiros nos veículos.	Não se aplica.
4016	Não submeter à vistoria veículo que tenha sofrido acidente que comprometa a segurança.	Remoção/Apreensão do veículo.
4017	Obrigar passageiros a desembarcar fora do local de destino.	Não se aplica.
4018	Operar com veículo com idade acima da permitida.	Remoção/Apreensão

		do veículo.
4019	Operar com veículo em caráter de teste ou utilizá-lo para pesquisa de novas tecnologias, combustíveis, materiais e equipamentos sem prévia autorização do Poder Concedente.	Remoção/Apreensão do veículo.
4020	Operar com veículo sem registro na Secretaria e/ou órgão do Poder Concedente.	Remoção/Apreensão do veículo.
4021	Operar veículo com características/especificações técnicas não fixadas pelo Poder Concedente.	Remoção/Apreensão do veículo.
4022	Operar veículo com equipamentos localizados em posição inadequada.	Recolhimento da AT
4023	Operar veículo com falta de tacógrafo, conforme legislação vigente.	Remoção/Apreensão do veículo.
4024	Operar veículo não aprovado em vistoria.	Remoção/Apreensão do veículo.
4025	Operar veículo sem equipamentos determinados pelo Poder Concedente.	Recolhimento da AT
4026	Paralisar total ou parcialmente a prestação dos serviços.	Não se aplica.
4027	Permitir o depósito de material inflamável, explosivo ou tóxico nos pontos de controle (PC).	Não se aplica.
4028	Permitir que o veículo circule com a Autorização de Tráfego (AT) com a data de validade vencida, ou estando a mesma adulterada.	Remoção/Apreensão do veículo.
4029	Permitir que usuários utilizem do painel ou tampa do motor dianteiro como assento, bem como viajar no posto do motorista ou do cobrador ou transportar passageiros em local não permitido para tal.	Não se aplica.
4030	Portar arma, quando em serviço.	Afastamento do funcionário.
4031	Ter percentual igual ou superior a 1% (um por cento) das viagens mensais interrompidas por problemas mecânicos nos veículos.	Não se aplica.
4032	Utilizar de meios enganosos, fraudulentos, inovação artificiosa para obter aprovação em inspeção veicular.	Não se aplica.
4033	Utilizar veículo vinculado ao sistema para promover, incentivar, participar ou induzir algazarras, manifestações e depredações que atentem contra a ordem pública.	Recolhimento da AT
4034	Utilizar-se de meios enganosos para se apropriar de importâncias devidas aos passageiros.	Afastamento do funcionário.
4035	Veículo com falta de combustível, estacionado em via pública.	Recolhimento da AT
4036	Veículo com placa do DETRAN adulterada, sem tarjeta, em falta ou não pertencente ao mesmo.	Remoção/Apreensão do veículo.
4037	Veículo com placa do DETRAN deslacrada ou com lacre danificado ou violado.	Remoção/Apreensão do veículo.
4038	Veículo com placa do DETRAN sem condições de legibilidade e visibilidade.	Recolhimento da AT

4039	Veículo em más condições mecânicas, tais como: acelerador, embreagem, caixa de marchas/alavanca com defeito e conjunto diferencial com defeito; inoperância do sistema do freio mecânico ou de estacionamento; feixe de mola danificado; falta ou inoperância dos amortecedores; suspensão desalinhada; motor de arranque; direção; entre outros itens.	Recolhimento da AT / Encaminhamento para a inspeção técnica.
4040	Veículo sem alçapão (passagem no assoalho).	Recolhimento da AT
4041	Veículo sem catraca (roleta) ou validador eletrônico exceto com expressa autorização da Secretaria e/ou órgão pertinente do Poder Concedente.	Remoção/Apreensão do veículo.
4042	Veículo sem condições normais de tráfego.	Recolhimento da AT / Encaminhamento para a inspeção técnica.
4043	Veículo sem estar equipado, no teto, e/ou nas janelas, e/ou portas, com saídas de emergência.	Recolhimento da AT